

CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES NO MODO AMERICANO DE ENTRAR EM GUERRA

John L. Harper

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta algumas reflexões preliminares sobre uma ampla questão histórica: por que razões e de que maneira têm decidido os Estados Unidos, no decurso da sua história, entrar em guerra¹.

Os estudiosos têm dedicado muita atenção à característica «American way of war». Desenvolvida durante a Guerra Civil, aperfeiçoada durante a II Guerra Mundial e renascida, pelo menos parcialmente, na Guerra do Golfo de 1991 após os frustrantes conflitos militares da Guerra Fria, esse «modo americano de guerrear» explora a grande riqueza e superioridade tecnológica dos EUA e assenta sobre a força esmagadora, em particular na força aérea lançada a partir do ar, para tentar aniquilar o inimigo².

Uma atenção menos sistemática tem sido prestada ao modo americano de *entrar na guerra*. Isto pode suceder porque os americanos preferem acreditar em que as dinâmicas da entrada em guerra ao longo da sua história tenham sido relativamente simples e transparentes. Na maior parte dos casos, a América desembainhou a sua «veloz e temível espada» quando outros a forçaram a fazê-lo, quando a sua honra ou segurança nacionais estavam claramente em causa, e como último recurso.

Um conhecido historiador defendeu recentemente que, pelo contrário, a guerra preventiva e a anexação preventiva de território são uma velha tradição americana, desenvolvida em reacção ao ataque britânico a Washington durante a guerra de 1812. Penso que este argumento está errado, pois exagera as semelhanças entre o ataque britânico (uma represália a um ataque americano contra Toronto) e o 11 de Setembro de 2001, bem como o impacto do ataque no presumido «pai» da doutrina da guerra preventiva, o secretário de Estado John Quincy Adams. A expansão americana para Oeste e o intervencionismo na América Central e nas Caraíbas não foram principalmente motivados, como sugere John Gaddis, pela lógica da guerra preventiva, mas pelo desejo de obter território e pela crença em um destino continental³. Antes de a Administração Bush ter promulgado a sua Estratégia de Segurança Nacional em 2002 e a ter levado à prática no ano seguinte no Iraque, os EUA nunca tinham desencadeado uma guerra

preventiva, e em diversas ocasiões esse caminho tinha sido rejeitado como estando fora de questão. No fim dos anos de 1790, o Presidente John Adams frustrou as ambições de Alexander Hamilton sobre Nova Orleães. Em 1950, o Presidente Truman repudiou o apelo do seu secretário da Marinha à guerra preventiva contra a URSS. A Administração Eisenhower rejeitou depois um plano da Força Aérea apoiando a mesma ideia⁴.

A HISTÓRIA AMERICANA MOSTRA QUE OS EUA TÊM TIDO UMA GRANDE PROPENSÃO PARA SE ENVOLVER EM CONFLITOS IMPORTANTES QUE, EMBORA FOSSE ENGANADOR CHAMAR DE «GUERRAS DE ESCOLHA», ERAM «GUERRAS DESNECESSÁRIAS».

No entanto, o argumento deste artigo é de que a maneira através da qual, e as razões pelas quais, os EUA entraram em guerra contra o Iraque em Março de 2003 não representaram um corte radical com o passado. A história americana mostra que os EUA têm tido uma grande propensão para se envolver em conflitos importantes que,

embora fosse enganador chamar de «guerras de escolha» [*wars of choice*], eram «guerras desnecessárias» [*unnecessary wars*].

Uma «guerra desnecessária» é uma guerra que deveria ter sido evitada, ou seja, um daqueles casos em que a decisão de não entrar em guerra não teria feito perigar interesses vitais dos EUA. Uma guerra desnecessária pode também ser definida contra o seu oposto, uma «guerra de necessidade». Uma guerra de necessidade é uma guerra em resposta a um ataque não-provocado ao território ou cidadãos de um país ou de um dos seus aliados; e/ou uma guerra pela preservação da segurança física e modo de vida de uma nação. Saber se todas ou algumas dessas guerras *poderiam* ter sido evitadas é questão mais complexa e, em última análise, irrespondível, mas cuja resposta, no entanto, não afecta o juízo de que elas tenham envolvido o gasto inútil ou nefasto de vidas e cabedais pelos EUA.

A definição de guerra necessária inclui a guerra preventiva [*preventive* ou *pre-emptive war*] perante aquilo a que Michael Walzer chama uma «ameaça suficiente», ou seja, a existência de «uma intenção manifesta em molestar, um grau de preparação activa que torna tal intenção num perigo objectivo, e uma situação na qual esperar, ou decidir por qualquer outra via que não combater, aumenta enormemente esse risco»⁵. Não inclui a guerra preventiva contra outro Estado baseada no receio de uma futura ameaça, porque a guerra preventiva abre um precedente perigoso que outros poderes poderiam seguir, porque a gravidade da ameaça presumida é frequentemente exagerada, e porque não existe qualquer garantia de que a acção militar leve ao desfecho desejado. Além do mais, existem terceiros (no caso recente, a Coreia do Norte e o Irão) que nem sempre receberão a mensagem pretendida, ao passo que a credibilidade e a autoridade moral da potência que desencadeia serão certamente prejudicadas pela sua decisão.

As categorias «necessária» e «desnecessária» não correspondem exactamente às concepções familiares de guerras «justas» e «injustas». Todas as guerras necessárias são justas, mas nem todas as guerras justas são necessárias. Guerras simultaneamente justas e desnecessárias incluiriam, poderia defender, guerras para ajudar uma vítima de agressão

que não é um aliado, para ajudar um povo a derrubar um tirano local, ou para prevenir ou deter um genocídio (embora estes últimos casos não coubessem no paradigma clássico da «justeza» de uma guerra)⁶. Prefiro usar critérios mais restritivos porque o intervencionismo indiscriminado tende a dissipar recursos que são finitos em empresas dúbias, a ser usado e abusado por parte de altos poderes e actores locais em favor de interesses egoístas, e muito frequentemente se revela um estorvo para aqueles que é suposto ajudar. Quanto ao último ponto (e à luz da ocupação do Iraque) eis Walzer parafraseando o argumento de John Stuart Mill contra a intervenção em nome de povos em luta pela auto-determinação: «a intervenção de forasteiros, se for rápida, não pode alterar decisivamente o equilíbrio de poderes domésticos em favor das forças da liberdade, ao passo que se for prolongada... colocará ela mesmo o sucesso, sob a maior ameaça possível, de tais forças»⁷. Feitas as contas, há maior sabedoria em usar da força quando estritamente necessário à sobrevivência, e resistir à tentação de a usar no propósito de criar o tipo de mundo que se poderia ter por mais desejável.

Dito isto, do meu ponto de vista, as seguintes foram guerras de necessidade: a Guerra da Independência, desencadeada pela acção preventiva britânica contra a nascente confederação americana em Abril de 1775; a Guerra Civil (vista a partir do Norte), desencadeada pela acção preventiva sulista em Abril de 1861; a entrada na II Guerra Mundial, que mesmo sem o ataque a Pearl Harbor (que não ocorreu inteiramente sem provocação) teria sido necessária para derrotar a Alemanha nazi; a fase inicial da Guerra da Coreia, desencadeada pela Coreia do Norte; e a Guerra do Afeganistão, desencadeada pelos ataques de 11 de Setembro de 2001. Em contraste, a Guerra de 1812, a Guerra do México, a Guerra Hispano-Americana, a segunda fase da Guerra da Coreia, a Guerra do Vietname e a Guerra do Iraque de 2003 são casos em que os EUA poderiam ter evitado a guerra sem colocar em perigo sério os seus interesses, ou usado de outros métodos que não a força militar. Há dois casos indecisos: a I Guerra Mundial e a primeira Guerra do Golfo⁸.

A MISSÃO AMERICANA

Não há duas guerras que comecem da mesma forma e pelas mesmas razões. Cada uma é única. No entanto, as guerras desnecessárias dos EUA podem ser descritas através de um padrão básico em cinco pontos. Em primeiro lugar – embora este ponto se aplique a todas as guerras americanas – foram travadas em nome de uma vasta missão de que a Providência alegadamente encarregou os EUA, e/ou de princípios universais que os EUA, segundo se alega, têm responsabilidade em proteger. A noção de missão tem servido para consagrar políticas cujo efeito redundava na preservação ou expansão da riqueza e poderio nacionais.

A visão caracteristicamente americana da missão americana no mundo não é nem hegeliana, nem marxiana, nem croceana. Mas é igualmente determinista: sustenta que os acontecimentos se sucedem de acordo com uma lógica ou desígnio subjacentes. Isto é devido, pelo menos em parte, à influência da escatologia protestante na visão americana

da História; em particular, às noções paralelas de que os sucessos se dirigem para um determinado estado final onde, a seu tempo, o Bem triunfará sobre o Mal; e de que a América é o agente através do qual este desígnio de libertação se leva a cabo⁹. Thomas Jefferson abraçava uma versão secular da tese milenarista. Assim escrevia ele sobre os efeitos das revoluções francesa e americana: «Esta esfera da liberdade está agora em tal movimento que, acredito piamente, rodará por todo o globo.» De acordo com Herman

A NOÇÃO DE MISSÃO FOI MUITAS VEZES REDUZIDA
A UMA SIMPLES FÓRMULA, OU LEMA,
QUE SIMPLIFICA AS QUESTÕES COMPLEXAS
E LHE ATRIBUI «CLAREZA MORAL».

Melville, «Nós americanos somos aquele povo peculiar e escolhido – o Israel do nosso tempo; carregamos a arca das liberdades do mundo». Para Abraham Lincoln, a América era «a última melhor esperança da Terra». Para Woodrow Wilson, «a Amé-

rica teve o privilégio infinito de cumprir com o seu destino e salvar o mundo»¹⁰. Uma poderosa versão contemporânea desta tese (retirada da história oitocentista britânica e escorada na ciência política americana) é que sem um líder o sistema política e económico internacional resvalaria para a anarquia. A América, por virtude do seu poder e ideais, é a nação redentora do mundo por definição. Está «destinada a liderar».

A convicção de que, ao entrar em guerra, os EUA perseguem uma missão histórica e/ou defendem princípios universais tem sido especialmente importante na mobilização das elites – editorialistas, clérigos, intelectuais liberais (e hoje neoconservadores), políticos e outros que preferem justificar a acção, junto de si mesmos e de outros, com base em motivos idealistas, ou que vêem os ideais como forma de poder. A noção de missão foi muitas vezes reduzida a uma simples fórmula, ou lema, que simplifica as questões complexas e lhes atribui «clareza moral», galvaniza a opinião pública, e tende a obscurecer os motivos interesseiros associados às acções americanas.

Na Guerra de 1812, por exemplo, esse lema era «o direito dos neutrais». Durante as Guerras Napoleónicas, os EUA insistiram no direito de os seus barcos tomarem para si o lucrativo negócio de carga entre a França e as suas colónias, um negócio de que haviam sido excluídos antes da guerra. Os britânicos toleraram-no por algum tempo e a marinha mercante americana teve um enorme crescimento em volume. Depois de 1805, contudo, os britânicos já não estavam dispostos a deixar que os navios americanos abastecessem a França em impunidade. Agir de outra forma significaria abdicar da principal arma da Grã-Bretanha na guerra. Além disso, como forma de retaliação contra o bloqueio napoleónico da Grã-Bretanha (o decreto de Berlim de 1806), os britânicos insistiram (nas suas «Ordens em Conselho» de Novembro de 1807) em que o negócio neutral com a França deveria passar através de entrepostos britânicos e pagar taxas à Coroa. Isto era ainda mais restritivo e insultuoso para os EUA, mas o conflito *real* estava entre o direito de os EUA e outros estados neutrais poderem aceder a proventos irrestritos e à liberdade de movimentos e o direito da Grã-Bretanha a sobreviver como estado independente¹¹.

Nos anos de 1840, o jornalista nova-iorquino John L. O'Sullivan lançou o lema «Destino Manifesto» [*Manifest Destiny*], que exprimia a ideia (de forma alguma nova) de que a Providência havia destinado aos EUA o domínio de todo o continente. Jornalistas e políticos de todos os sectores e partidos defenderam que vizinhos com afinidades, como a independente República do Texas, deveriam ser incorporados na federação; que a América deveria regenerar os povos atrasados do *hinterland*; e que em caso de disputas com potências estrangeiras (sobre o Oregon e a Califórnia, por exemplo) o *verdadeiro* direito à terra pertenceria àqueles (americanos, naturalmente) que fossem capazes de ocupá-la fisicamente e desenvolver o seu potencial, tal como havia sido intenção de Deus. Quando os EUA ocuparam uma parte significativa do México, a Administração James Polk defendeu que o fazia para ampliar a «área da liberdade» (um lema de ressonância familiar aos ouvidos modernos)¹².

Uma forma de «Destino Manifesto» reemergiu nos anos de 1880 e 1890, reforçada pelo darwinismo social e pelo «navalismo» de Alfred Thayer Mahan, Theodore Roosevelt e Henry Cabot Lodge. Mahan acreditava que não havia escolha senão competir por mercados e colónias. Juntamente com a Grã-Bretanha, a América estava destinada a liderar o futuro combate entre a Civilização Ocidental e a Oriental. Para tal fim, deveria controlar o Caribe, construir um canal no istmo do Panamá, e projectar o seu poder para o Pacífico através da anexação do Hawai. O reverendo Josiah Strong, um influente sacerdote congregacionista, declarou que «o Anglo-Saxão foi divinamente cometido para ser, num sentido peculiar, o guardião de seu irmão» e espalhar a sua benéfica influência em todo o globo¹³.

Em 1917, os EUA entraram em guerra «para tornar o mundo mais seguro para a democracia». Wilson defendeu que «lutaremos pelas coisas que sempre trouxemos mais junto aos nossos corações – pela democracia, pelo direito daqueles que se submetem à autoridade de forma a poder ter voz nos seus próprios governos, pelos direitos e liberdades das pequenas nações, pelo domínio universal do direito...»¹⁴. Os Catorze Pontos (Janeiro de 1918) reflectiam a crença de Wilson em que havia chegado o tempo de a América se colocar a si mesma ao serviço da humanidade e cumprir com a sua missão de trazer paz e liberdade ao mundo. Efectivamente, havia muito de benéfico para os outros no programa americano – a devolução da Alsácia-Lorena à França, o desenvolvimento autónomo para os povos da Áustria-Hungria, uma Polónia independente, a protecção das minorias na Turquia – tal como a proposta de uma «associação geral das nações» que assegurasse «garantias mútuas de independência e integridade territorial para grandes e pequenos estados por igual». Um efeito igualmente significativo do programa de Wilson, se tivesse sido implementado, teria sido a consolidação dos recém-adquiridos poderio e riqueza americanos. O Ponto Segundo, a liberdade dos mares, pretendia reduzir o poder marítimo da Grã-Bretanha através do fim da sua prática de conduzir bloqueios unilaterais em tempo de guerra. O Ponto Terceiro, a remoção de barreiras económicas entre nações, reforçaria a posição dos EUA como o principal exportador e credor do

mundo. O Ponto Quinto, o ajustamento das pretensões coloniais aos interesses dos seus habitantes e dos poderes respeitantes, enfraqueceria os impérios europeus e ganharia amigos para os EUA no que mais tarde seria conhecido como o «Terceiro Mundo».

As proclamações da missão americana durante a Guerra Fria tinham como fontes a visão wilsoniana do mundo em que a liberdade dos pequenos estados seria protegida, a lição dos anos 30 de que a agressão tem de ser prontamente confrontada, e a presumida lição da ordem mundial pré-1914 de que a paz e a prosperidade dependiam dos esforços de um estado liberal poderoso. Para Truman, os EUA «teriam de apoiar os povos livres na condução dos seus próprios destinos à sua própria maneira». A agressão na Coreia deveria ser confrontada porque fazia «parte da tentativa gradual de domínio mundial por parte da ditadura da Rússia comunista».

Os autores do estudo secreto NSC-68 (Abril de 1950) foram mais francos na definição da missão da América como devendo «fomentar um ambiente mundial no qual o sistema americano pode sobreviver e florescer», e em que até, se a URSS não existisse, os EUA teriam de encarar o facto de que «num mundo cada vez menor, a ausência da ordem entre nações se torna cada vez menos tolerável». Ao definir a Guerra Fria como uma competição entre «liberdade» e «servidão», contudo, tornaram perigosamente simplista – desde logo para eles mesmos – a complexidade desse mundo. De acordo com a lógica do NSC-68, a guerra dos nacionalistas-comunistas vietnamitas contra a ditadura pró-americana em Saigão acabava por ser vista como um teste à capacidade americana de aprender as lições de Munique e defender a liberdade em toda a parte¹⁵.

No prefácio aos Catorze Pontos, Wilson proclamara o início de uma nova era: «o dia da conquista e expansão já acabou». O alastramento da democracia na Ásia Oriental e na América Latina durante os anos de 1980, a liberalização económica na China, seguida pelo súbito colapso do Império Soviético, assemelharam-se aos olhos de muitos a uma vindicação tardia do pensamento wilsoniano. De acordo com a noção do «fim da história», o modelo ocidental tinha demonstrado a sua inerente superioridade sobre todos os modelos concorrentes. O ano de 1989 marcou o fim do grande conflito ideológico e a aurora do milénio secular jeffersoniano: a adopção da democracia e dos mercados livres por todo o globo¹⁶. De acordo com um argumento complementar muito disseminado, os EUA deveriam captar a oportunidade de consolidar em permanência a sua esmagadora superioridade militar e a sua hegemonia sobre a Europa, o Extremo Oriente e o Médio Oriente¹⁷. Os dois argumentos residem no âmago da visão da missão americana adoptada pela administração de George W. Bush. Para Bush, existe apenas um «único modelo sustentável de sucesso nacional: liberdade, democracia e livre-empresa», e os EUA têm por obrigação estender os seus benefícios a todo o lado. Os EUA, além disso, «têm e tencionam manter forças militares impossíveis de desafiar, retirando o sentido, em consequência, às corridas ao armamento de outras eras...»¹⁸. A confiança sem limites com que algumas hierarquias e apoiantes da Administração viram a missão de espalhar a democracia no Médio Oriente parece ter emergido em parte das suas convicções quasi-milenaristas. Com o

mundo a aproximar-se do «fim da história», os EUA precisam de pouco mais do que dar uma sapatada nos andaimes putrefactos da velha ordem em países como o Iraque para libertar as forças da democracia e da livre-empresa.

O NEVOEIRO ANTES DA GUERRA

Muito se disse já sobre a noção clausewitziana de «nevoeiro da guerra». Uma segunda característica constante nas guerras desnecessárias americanas tem sido «o nevoeiro antes da guerra». Políticos cometem erros honestos baseados em informação deturpada ou incompleta. Por vezes enganam deliberadamente o público. Por vezes enganam-se – ou iludem-se – a si mesmos. No cerne da decisão americana de entrar em guerra tem-se encontrado frequentemente um tipo de ilusão*, ou seja, uma concepção fixa mas errónea da realidade insusceptível de correcção imediata através de exame ou raciocínio. Uma ilusão típica do pré-guerra é a crença, apesar das provas em contrário, de que os EUA são a parte ameaçada ou afligida, e que o outro lado tem poucas ou nenhuma razão para se sentir ameaçado ou provocado. Tal ocorre frequentemente quando relacionado com incidentes dramáticos cujas dinâmicas são distorcidas por uma espécie de «solipsismo político». O solipsismo político é a falta de capacidade para ver, e a tendência para negar, os componentes interesseiros e ambiciosos no nosso próprio comportamento, e as formas segundo as quais cada uma das nossas acções poderá influenciar as acções dos outros. Ou, como dizia Reinhold Niebuhr: «As nações, particularmente as grandes nações, são vulgarmente demasiado orgulhosas para compreender que o seu poder pode ser um perigo para outras nações»¹⁹. Poderia acrescentar-se que quanto maior é o poder maior é a sensação de perigo, e a inclinação para a resistência, por parte das outras nações.

A mistificação segundo a qual os EUA estão do lado certo enquanto o outro lado é voluntariamente agressivo ou malevolente tem tido um papel essencial na criação de um clima de indignação arrogante e na arregimentação do público americano em geral em torno das guerras desnecessárias. Os elementos mais populistas e «jacksonianos» da vida política, especialmente no Sul e no Oeste, têm-se preocupado menos do que as elites em justificar as acções americanas em nome de um princípio universal, mas são sensíveis a questões de dignidade nacional e reactivos quando se trata de responder a uma ofensa²⁰. A história americana sustenta a observação de Hamilton segundo a qual «procedem mais frequentemente as guerras de paixões iradas e perversas do que de frios cálculos de interesse»²¹.

Em Junho de 1807 o navio de guerra britânico *Leopard* disparou sobre a fragata americana *Chesapeake*, matando três membros da tripulação, depois de o navio americano se ter recusado a entregar um desertor da Marinha Real que havia provocado oficiais britânicos em terra firme, em Norfolk. A opinião pública americana ficou compreensivelmente

MUITO SE DISSE JÁ SOBRE A NOÇÃO
CLAUSEWITZIANA DE «NEVOEIRO DA GUERRA».
UMA SEGUNDA CARACTERÍSTICA CONSTANTE
NAS GUERRAS DESNECESSÁRIAS AMERICANAS
TEM SIDO «O NEVOEIRO ANTES DA GUERRA».

indignada. Ignorou o facto de que o *Chesapeake* transportava dezenas de desertores britânicos e outros súbditos numa altura em que a Grã-Bretanha combatia sozinha o império francês. (No mesmo ano, ao ser informado de que cerca de metade dos marinheiros na marinha mercante americana eram britânicos, o Presidente Thomas Jefferson escreveu ao secretário de Estado James Madison comunicando-lhe que seria prudente «suspender todas as propostas defendendo o nosso não-emprego deles [dos marinheiros britânicos]»)»²². Um segundo incidente a inflamar a opinião pública americana foi a Batalha de Tippecanoe (Novembro de 1811) entre forças dos EUA e índios do território de Indiana. Os americanos culparam os britânicos por armar e incitar os índios e apelaram à conquista do Canadá para castigar Londres e pôr um ponto final nos problemas. Na verdade, os governantes britânicos tentavam desencorajar os ataques de índios a americanos pela óbvia razão de que assim se colocavam os territórios britânicos em risco de invasão pelos EUA. O ataque índio havia sido provocado pela incursão do governador William Henry Harrison (posteriormente eleito presidente sob o lema «Tippecanoe e Tyler também») em território que lhe havia sido expressamente vedado pelo Presidente Madison. Um historiador comentou, sobre o impacto deste incidente, que «a História é por vezes tão influenciada por convicções erróneas como pela verdade»²³.

A aquisição da Califórnia pelos EUA, na década de 1840, confirma este argumento. O Presidente Polk e o seu gabinete actuaram em parte com base numa teoria que afirmava que os britânicos estavam a tentar conquistar a Califórnia. Não havia provas neste sentido à altura. A abertura dos arquivos britânicos no século XX demonstrou que se tratava de uma fraude²⁴. O incidente que precedeu a invasão do México pelos EUA, em 1846, ocorreu quando forças dos EUA ocuparam uma parte do Texas do Sul sobre a qual os EUA não tinham pretensões convincentes. Quando os mexicanos enviaram tropas para a região e se deu uma refrega, Polk assegurou à nação que o México havia «invadido o nosso território e derramado sangue americano em solo americano»²⁵.

O incidente que fez deflagrar a guerra hispano-americana foi a explosão do navio de guerra *Maine* no porto de Havana, em 5 de Fevereiro de 1898, matando 266 tripulantes. Bem antes de um inquérito americano ter declarado que uma mina ou torpedo espanhóis haviam causado o desastre, já muitos haviam chegado à conclusão de Theodore Roosevelt: o *Maine* fora afundado «por um acto de suja perfídia da parte dos espanhóis». Com a publicação do relatório, a histeria bélica alastrou através dos EUA: «bairros, subúrbios, vilarejos e distritos rurais incendiaram-se. Não houve sector, tipo de comunidade ou grupo ocupacional que lhe fosse imune»²⁶. Embora os espanhóis tivessem tratado o *Maine* com toda a cortesia durante a estadia de três semanas em Havana, não era completamente implausível que a sua presença pudesse ser considerada uma provocação para alguns elementos locais do exército espanhol e que estes tivessem decidido colocar a mina. Mas era igualmente plausível que revolucionários cubanos o tivessem feito na intenção de provocar uma intervenção americana. A hipótese menos plausível de todas seria que o governo espanhol desejasse provocar uma guerra.

Sob pressão dos EUA, e perante um conflito sem hipótese de vitória contra os rebeldes cubanos, o Partido Liberal, no poder em Madrid, havia chamado de volta o famigerado general Valeriano Weyler, «o talhante», e anunciado que concederia à ilha uma autonomia semelhante à canadiana. Durante a crise que se seguiu ao incidente, Madrid aceitou as imposições dos EUA para acabar com a «reconcentração» da população rural e conceder um armistício aos rebeldes. Compreensivelmente, Madrid rejeitou a exigência americana de que abdicasse da soberania sobre Cuba, e o resultado foi a guerra. Especialistas americanos acreditam, hoje em dia, que o *Maine* foi destruído por combustão espontânea no interior do navio.

A indignação justiceira dos EUA em 1917 irrompeu com a ocorrência de alguns incidentes na zona de guerra declarada pela Alemanha junto às ilhas britânicas, e em particular o afundamento do navio de carreira britânico *Lusitânia*, matando 128 americanos, em 1915, e o ataque ao *Sussex* francês em 1916. A declaração de guerra americana seguiu-se ao reatamento de ataques sem restrição naquela zona de guerra, por parte da Alemanha – ataques esses que haviam sido suspensos após o incidente do *Sussex* –, e à interceptação do «telegrama Zimmermann» que revelava planos germânicos para persuadir o México a entrar em guerra contra os EUA. Os militares alemães haviam chegado à conclusão de que os americanos, enquanto aliados, não poderiam prestar muito mais ajuda aos restantes aliados do que aquela que já estavam prestando enquanto «neutrais», e de que antes que as forças americanas pudessem ser mobilizadas já os submarinos alemães teriam colocado a Grã-Bretanha fora de combate. Este viria a provar-se ser um erro de cálculo fatal²⁷. Ao mesmo tempo, como escreveu um distinto historiador, «o povo americano, ao apontar o seu dedo acusador ao submarino, tendeu demasiado a esquecer as suas responsabilidades nos factos que se abateram sobre ele. A sua assistência em larga escala aos aliados, tanto em munições como em outro contrabando, combinada com a aquiescência de Washington em relação ao bloqueio britânico, levou os alemães a expedientes cada vez mais desesperados que acabaram por envolver os EUA»²⁸.

Desde o início que os britânicos haviam dado uma definição arbitrária ao contrabando (bens que poderiam ser confiscados aos neutrais), obrigando os navios americanos com destino à Europa a submeterem-se a longas buscas em portos britânicos, e criando uma zona de exclusão no mar do Norte, fortemente minada, para levar a cabo um bloqueio à Alemanha. Washington protestou contra estas interferências sem precedentes sobre as navegações neutrais, mas graças aos esforços de governantes pró-aliados (o coronel Edward House, conselheiro de Wilson; o embaixador americano em Londres, Walter Hines Page; o secretário de Estado Robert Lansing) os protestos nunca foram demasiado sonoros. No entretanto, os EUA tornaram-se um grande fornecedor dos aliados, tendo o volume dos seus negócios com estes quase quadruplicado nos primeiros dois anos da guerra²⁹. A triste opção dos alemães estava entre permitir que as munições, muitas vezes transportadas tanto por navios de passageiros como da marinha mercante, chegassem à Grã-Bretanha, ou atacar esses carregamentos sem aviso de forma a conseguirem levar

a cabo o seu próprio bloqueio³⁰. O *Lusitania* transportava algumas 4200 caixas de munições e os alemães tinham avisado publicamente os americanos contra viajar em navios aliados. Após o incidente, houve quem no Congresso considerasse que seria prudente para o governo americano emitir um aviso semelhante. Mas Wilson, embora se eximisse de pressionar os britânicos contra as violações de direitos americanos, insistiu em que os cidadãos americanos tinham o direito a viajar como muito bem entendessem. É difícil

A SEGUNDA FASE DA GUERRA DA COREIA É UM CASO CLÁSSICO DE COMO A MISTIFICAÇÃO, DE QUE PARTICIPAVA PRINCIPALMENTE MACARTHUR, LEVOU AO TRÁGICO DESFECHO DOS ACONTECIMENTOS.

evitar a conclusão de que uma política subserviente e pouco imparcial, juntamente com o fracasso em entender como o comportamento americano afectava o comportamento alemão, acabaram por arrastar os EUA para a guerra³¹.

A segunda fase da Guerra da Coreia, que se seguiu à bem sucedida contra-ofensiva do general MacArthur em Setembro de 1950, é um caso clássico de como a mistificação, de que participava principalmente MacArthur, mas que era partilhada em parte pela maioria das hierarquias governativas, levou ao trágico desfecho dos acontecimentos. Atendendo ao objectivo previamente enunciado pela Administração Truman de destruir as forças armadas da Coreia do Norte, o Conselho de Chefes de Estado-Maior preparou a emissão de ordens que autorizavam as forças da ONU a atravessar o paralelo 38, embora apenas e só se não tivessem ocorrido «entradas na Coreia do Norte de consideráveis tropas soviéticas ou chinesas, ou anúncios de entrada Eminente, ou ameaças de contrariar militarmente as nossas operações na Coreia do Norte.» Aprovadas com mudanças de pormenor pelo Presidente Truman, o secretário da Defesa Marshall e o secretário de Estado Acheson, estas tornaram-se as ordens de MacArthur em 27 de Setembro de 1950. Marshall aconselhou-o numa comunicação à parte a «sentir-se à vontade, tanto táctica como estrategicamente, a passar para lá do paralelo 38»³².

A ilusão consistiu na crença de que os chineses não se sentiriam suficientemente ameaçados por uma ofensiva descarada em direcção ao seu coração industrial, que lhes faltaria o apoio naval e aéreo, e que não estariam dispostos a fazer os sacrifícios económicos necessários para se lançarem numa guerra de grandes proporções contra os EUA. A ilusão, por definição, persistiu mesmo perante a abundância de evidências em contrário: grandes movimentos de tropas, observáveis na Manchúria e para lá do rio Yalu; avisos provindos de fontes indianas, holandesas, britânicas e outras; o depoimento de Zhou Enlai em 2 de Outubro de 1950 através do embaixador indiano em Pequim, um dia depois de as tropas sul-coreanas terem atravessado o paralelo, de que se lhes seguissem tropas americanas, a China interviria; e subsequentes avisos explícitos na imprensa chinesa. Aqueles que alegavam compreenderem a «mentalidade oriental» (MacArthur e a sua *entourage*), defenderam que os chineses estavam a fazer bluff³³. Quem quer que se lembresse que os japoneses tinham usado a Coreia do Norte como base para o seu

ataque à Manchúria nos anos de 1930, e que compreendesse que os chineses dificilmente acreditariam nas garantias americanas de parar na fronteira chinesa (os EUA tinham declarado, de início, que parariam no paralelo 38), poderia ter chegado a uma conclusão distinta.

Uma série de incidentes dramáticos envolvendo forças dos EUA prepara o caminho à escalada da Guerra do Vietname: o recontro do golfo de Tonkim em Agosto de 1964, o ataque à base aérea de Ben Hoa, em Outubro de 1964, e o ataque a Pleiku, em Fevereiro de 1965. A reacção da Administração Johnson ao incidente de Tonkim indica que não se tratou tanto de treslar a realidade quanto de enganar deliberadamente o Congresso a favor dos seus próprios fins. Ao mesmo tempo que assegurava à nação não pretender «provocar uma guerra mais vasta», Johnson solicitou um cheque em branco por parte do Congresso, sob a forma da Resolução do Golfo de Tonkim, que lhe permitiria precisamente provocar essa guerra após as eleições de 1964, se assim o decidisse. A Administração sabia que os EUA estavam conduzindo ataques clandestinos (Oplan 34-A) contra o Vietname do Norte há já alguns meses e que as patrulhas navais americanas monitorizavam a reacção norte-vietnamita. No entanto, para ganhar apoio para a resolução, a Administração apresentou os ataques norte-vietnamitas aos *destroyers* americanos nas águas do golfo de Tonkim como tendo sido «sem provocação» e parte de um padrão de «agressão clara»³⁴.

A ilusão (enquanto distinta do engano deliberado) consistia na crença que partilhavam Johnson e os seus conselheiros mais próximos, bem como os comandos militares norte-americanos em Saigão, de que a americanização da guerra de infantaria levaria à derrota do inimigo no terreno, de que um estado e um exército sul-vietnamitas viáveis poderiam ser construídos à sombra de uma presença ocupante americana, e de que o apoio doméstico aguentaria baixas significativas. Isto ia contra qualquer evidência histórica. Até Abril de 1965, o secretário da Defesa Robert McNamara e o embaixador em Saigão Maxwell Taylor opunham-se ferreamente a que os EUA combatessem, tendo mesmo o segundo chegado a prever que no final, «tal como os franceses, acabaríamos ocupando um país essencialmente hostil». O subsecretário de Estado George Ball defendeu, em 1964-1965, que um acordo negociado seria bem visto pela maioria dos aliados dos EUA, que enviar forças de combate americanas seria como dar tratamento de cobalto a um paciente de cancro em estado terminal, e que os grandes comandantes da história tinham resistido à tentação de enterrar bom dinheiro em más guerras. O arrojado conselheiro de Johnson, Clark Clifford, previu que a americanização levaria à «catástrofe». No Senado, o seu chegado amigo Richard Russell emitiu uma mensagem semelhante. Mesmo depois da ofensiva do Tet, em 1968, ter destruído as convicções em que se alicerçava a estratégia americana, Johnson estava pronto a apoiar o pedido americano de 206 mil tropas adicionais e expandir a guerra para lá das fronteiras sul-vietnamitas. Johnson vivia na ilusão do apostador que, em vez de cortar nas suas perdas, se afunda cada vez mais nas dívidas na crença de que uma jogada miraculosa acabe por lhe salvar a fortuna e a reputação³⁵.

A reacção americana ao 11 de Setembro de 2001 evidenciou uma perturbante cegueira perante o facto de que os ataques não tinham sido dirigidos contra as liberdades e a democracia americana mas antes se associavam a políticas americanas muito concretas no Médio Oriente³⁶. Ao mesmo tempo, poucos negariam que a guerra americana no Afeganistão fosse necessária. No entanto, ao virar depois a sua atenção para o Iraque, a Administração Bush explorou a ira profunda e a sensação de vulnerabilidade nascidas com o 11 de Setembro para poder prosseguir com o antigo objectivo de derrubar Saddam Hussein. Para tal fim, a Administração enganou intencionalmente a opinião pública ao relacionar a Al-Qaida com o Iraque. Mas a Administração enganou-se a si mesma num grau provavelmente ainda mais profundo.

A ilusão norte-americana em relação ao Iraque era multifacetada. Não foi acreditar que o Iraque possuísse armas de destruição em massa [ADM]. Com base em vários vestígios de provas e especialmente com base no comportamento passado do Iraque, não era irrazoável pensar que talvez fosse este o caso. A ilusão consistiu, em primeiro lugar, na crença de que o Iraque, depois de uma derrota esmagadora em 1991, com forças armadas da metade do tamanho das que tinha possuído antes da Guerra do Golfo, e com o seu espaço aéreo controlado pelos EUA, representasse ainda uma ameaça na região. Além disso, consistia em acreditar que porque o Iraque tinha utilizado armas de destruição em massa contra civis desarmados as utilizaria também, sem provocação, contra os EUA ou Israel. Não existe qualquer prova de que Saddam Hussein fosse suicidário. Embora existisse uma remota possibilidade de que terroristas islâmicos pudessem obter ADM do regime secular iraquiano, uma invasão poderia tanto causar como evitar tal transacção, e era bem mais razoável supor que os terroristas procurassem as ditas armas em outros lugares (Rússia, Coreia do Norte ou Paquistão).

No âmago da ilusão da Administração Bush estava a crença de que o nó górdio do Médio Oriente estava, de certa forma, maduro o bastante para ser cortado pelo poder militar dos EUA: a reconstrução do Iraque e a sua transformação numa democracia seriam rápidas e largamente autofinanciadas; o Irão, temendo o destino do Iraque, abandonaria as suas ambições nucleares; os palestinianos, vendo a luz, abandonariam a sua luta e aceitariam um acordo como aquele que haviam rejeitado em Camp David; e os terroristas em todo o mundo perderiam a moral. A Administração rejeitou os conselhos interesseiros mas informados de alguns amigos locais (Mubarak, o rei Abdullah, os sauditas) de que invadir o Iraque poderia abrir a caixa de Pandora, enquanto acreditava nas previsões igualmente interesseiras mas dúplices dos exilados (Chalabi, Allawi) e de académicos (Bernard Lewis, Fouad Ajami) que há muitos anos não viviam na região. A isto poderia ser acrescentada a negação aparentemente voluntária de uma das muitas lições do Vietname: não só a presença em massa dos militares americanos não substitui a ausência de forças locais legítimas e autónomas como é um dos principais obstáculos ao aparecimento dessas mesmas forças no Iraque.

OS HOMENS DO PRESIDENTE

A terceira característica das guerras desnecessárias americanas é a presença de um lóbi ou «partido da guerra» efectivo, interessado na acção militar. Esse partido incluiu normalmente o presidente, embora nem sempre como força motriz. Os seus membros partilham da noção de «missão americana» e vêem os EUA e seus amigos como estando correctos por definição. Muitas vezes este partido é um círculo relativamente fechado e sectário onde existe relutância em desafiar as convicções por detrás da política escolhida, e onde a lealdade é um valor predominante. O partido da guerra empurra, mas de certa forma é empurrado pelos acontecimentos. Alguns elementos da imprensa actuam frequentemente como auxiliares. Fazem-no por convicção legítima, por ambição material e pelo desejo de prestar favores aos poderosos. No caso das guerras desnecessárias, só raramente este partido incluiu membros das elites industriais e financeiras.

Em 1812, o partido da guerra era um grupo pequeno mas muito unido e competente de congressistas (incluindo Henry Clay e John C. Calhoun) conhecidos como os «falcões de guerra». Originários, na maioria, do Sul e do Oeste, acreditavam na teoria da conspiração anglo-índia e que (tal como os cavalheiros deveriam estar preparados, na sua vida privada, para combater em duelo) a defesa da honra americana nos altos mares exigia o derramamento de sangue. Congressistas menos entusiastas apoiavam o apelo dos falcões de guerra à formação de um exército na esperança de que tal pudesse levar a cedências britânicas. A partir do momento em que tais preparações já estavam em marcha, contudo, tornava-se difícil fazer marcha-atrás. Um congressista antiguerra notou que o partido da guerra e os seus simpatizantes tinham «avançado até à beira de um precipício sem se terem dado a si mesmos espaço para dar a volta»³⁷.

O Presidente Madison não era um falcão de guerra militante. Em 1810, o Congresso removera (através da «II Lei Maçon») as restrições americanas ao comércio com a França e a Grã-Bretanha, prometendo que se ou a França ou a Grã-Bretanha optasse por terminar com as suas violações de direitos americanos os EUA imporiam um corte total aos negócios com aquele que não tomasse tal opção. Numa tentativa de criar problemas entre os EUA e a Grã-Bretanha, o governo de Napoleão mostrou intenção de revogar os éditos que molestavam o comércio americano. Madison decidiu aceitar essas garantias em papel, apostando ser do próprio interesse francês honrar as suas intenções. No início de 1811, Madison apoiou uma lei que proibia as exportações britânicas para os EUA até que as Ordens em Conselho fossem revogadas. Se a Grã-Bretanha recusasse, a única forma de defender os «direitos absolutos» dos EUA seria entrar em guerra³⁸.

Mesmo depois de se ter tornado claro que os franceses não haviam mudado a substância da sua política, Madison agarrou-se à ilusão de que eles o tinham feito, e que a Grã-

A TERCEIRA CARACTERÍSTICA DAS GUERRAS DESNECESSÁRIAS AMERICANAS É A PRESENÇA DE UM LÓBI OU «PARTIDO DA GUERRA» EFECTIVO, INTERESSADO NA ACÇÃO MILITAR. ESSE PARTIDO INCLUIU NORMALMENTE O PRESIDENTE, EMBORA NEM SEMPRE COMO FORÇA MOTRIZ.

-Bretanha deveria seguir-lhes o exemplo ou encarar uma guerra. Em Junho de 1812, convencido de que a política britânica não mudaria, Madison convidou o Congresso a declarar guerra. A ironia última é que nos finais de Junho o Governo britânico, ainda ignorante da declaração de guerra americana e actuando sob pressão por parte dos exportadores britânicos, revogou as famigeradas Ordens em Conselho. Mas quando Madison soube destas notícias em Agosto desvalorizou-as como sendo um truque britânico. E mais uma vez não admitiu o seu erro.

A Guerra Mexicana é um daqueles casos em que o Presidente e o seu gabinete mais próximo representavam a força motriz. Polk não era um intelectual como Madison, mas um político pragmático que se inspirava em Andrew Jackson, seu conterrâneo do Tennessee, e que não era dado a dúvidas. Depois de ter batalhado pela anexação do Texas em 1845, Polk estava determinado em fixar a fronteira entre o México e os EUA no Rio Grande e em adquirir o Oregon, a Califórnia e o Novo México. Quando o México recusou uma oferta em dinheiro (com a aceitação de velhas pretensões de indemnizações alegadamente devidas pelo México a cidadãos americanos), Polk enviou o exército para o Rio Grande e a marinha para Vera Cruz. Já decidira pedir uma declaração de guerra ao Congresso ainda antes de receber notícias do incidente fronteiriço que ocorreria em Maio de 1846.

Em 1898, o partido da guerra incluía o secretário adjunto da Marinha, Theodore Roosevelt, o seu amigo senador Lodge, e outros políticos e intelectuais expansionistas, ou «jingos». Incluía também, pela primeira vez, um lóbi bem organizado de exilados estrangeiros, a «Junta» de Nova York, representando os insurgentes cubanos. Nos meados de 1890, «Cuba Libre» era uma causa popular em praticamente todos os sectores da opinião americana. Isto devia-se em parte aos esforços da Junta que garantia um fornecimento interminável de histórias sobre atrocidades espanholas – algumas verdadeiras, outras exageradas, outras inventadas de raiz – aos políticos e jornais norte-americanos. O *New York Journal* de William Randolph Hearst e o *New York World* de Joseph Pulitzer lançaram-se numa batalha sem quartel para aumentar a circulação através da informação (e desinformação) sobre a Guerra Cubana. O partido da guerra não incluía, de início, o Presidente William McKinley, nem os seus amigos mais próximos no Congresso ou os seus partidários no mundo dos grandes negócios. McKinley, um líder audaz mas pouco forte, estava concentrado em manter a unidade do Partido Republicano e a sua reeleição em 1900, ao passo que os negociantes temiam que a guerra pudesse interromper a recuperação da recessão do início da década de 1890. A maior parte dos historiadores defendem que McKinley e o Congresso estavam decididos a colocar a Espanha entre a espada e a parede com o ultimato de Abril de 1898, por a opinião pública ser tão favorável ao início de hostilidades. De acordo com Hamilton, a história mostra que existem «quase tantas guerras populares como guerras da realeza». A guerra de 1898 é disso bom exemplo³⁹.

Desde o início da I Guerra Mundial, os imperialistas republicanos de 1914 (Mahan, Roosevelt, Lodge, Root) defendiam que os EUA deveriam intervir ao lado da Grã-Bretanha e

da França para punir a agressão da Alemanha contra a Bélgica e ajudar a preservar o equilíbrio de poderes na Europa. Figuras-chave na Administração democrata (House, Page, Lansing, o secretário da Guerra Newton Baker, o secretário adjunto da Marinha Franklin D. Roosevelt) tinham adoptado um ponto de vista semelhante, bem como os patrões da indústria (os Du Ponts) que forneciam os aliados, e os banqueiros (como a House of Morgan) que até 1917 já lhes tinham emprestado cerca de 2,3 milhares de milhões de dólares em dinheiro e créditos.

Apesar das suas simpatias pelos aliados, Wilson não era favorável à intervenção e fora reeleito em 1916 como o homem «que nos livrou da guerra». Imediatamente após

a eleição tentou mediar um termo para a carnificina e ficou profundamente desiludido com os aliados quando eles declinaram acompanhá-lo. Com alguma razão, Wilson não via grandes diferenças entre a avidez das duas partes em conflito. No começo de 1917, avisou contra «uma paz imposta contra os perdedores» que deixaria «um ferrão, um ran-cor, uma memória amarga» e apelou antes a uma «paz sem vitória». Mas por essa altura, contudo, e de uma forma assaz semelhante ao que sucedera com Madison em 1812, já se enleara numa política que tolerava os abusos de um dos beligerantes e tornava a guerra com o outro provável. Em especial após o incidente do Sussex em 1916, Wilson avisara os alemães de que se eles não alterassem os seus métodos de guerra submarina os EUA cortariam relações diplomáticas com eles. Os alemães concordaram sob a condição de que haveria um relaxamento do bloqueio britânico. Quando tal não ocorreu e os alemães reiniciaram os seus ataques, Wilson tinha pouca escolha senão participar na guerra.

No centro do partido da guerra em 1950 estava o carismático MacArthur, o seu artiloso gabinete em Tóquio (o general Charles Willoughby, por exemplo) e os seus apoiantes no Pentágono (o general Charles L. Bolté, entre outros). MacArthur era o campeão dos congressistas e senadores da ala direita do Partido Republicano, que tinham recriminado a Administração Truman por ter «perdido a China» e que compartilhavam com ele o objectivo de fazer recuar o comunismo no Extremo Oriente (William Knowland, Joseph McCarthy, Walter Judd). No Departamento de Estado, a tática de MacArthur era apoiada por especialistas na Ásia como John Allison e o futuro secretário de Estado Dean Rusk. O papel do Presidente era ambíguo, mas crucial. Truman ansiava por poder partilhar os louros da «libertação» da Coreia do Norte e receava pelo custo político doméstico que lhe traria uma tentativa de refrear o «vice-rei do Oriente». O secretário da Defesa Marshall, ex-soldado, recusava limitar a liberdade de um comandante operacional. O secretário de Estado Acheson aceitava o juízo de Marshall, que havia sido seu chefe. O próprio MacArthur estava seriamente preocupado com a presença de forças chinesas na Coreia do Norte no início de Novembro de 1950, mas alegava que deter-se

DE ACORDO COM HAMILTON,
A HISTÓRIA MOSTRA QUE EXISTEM
«QUASE TANTAS GUERRAS POPULARES
COMO GUERRAS DA REALEZA». A GUERRA DE 1898
É DISSO BOM EXEMPLO.

na sua marcha para Norte seria visto pelo mundo como uma nova Munique. Apesar de algumas reservas, Washington deu luz verde para a sua ofensiva final, «Em Casa pelo Natal», iniciada em 24 de Novembro⁴⁰.

Pouco antes da sua morte, o Presidente Kennedy aprovou planos de retirada do Vietname de mil conselheiros militares norte-americanos pelos finais de 1963, e de 16 mil em finais de 1965. Quase imediatamente após o assassinato de Kennedy, em Novembro de 1963, Johnson aprovou o recrudescimento da pressão sobre o Vietname do Norte (Oplan 34-A) e declarou aos seus conselheiros: «Não vou perder o Vietname. Não vou ser o presidente que viu acontecer à Ásia do Sudoeste o mesmo que aconteceu à China»⁴¹. Johnson era um ambicioso reformista no plano doméstico, determinado a blindar-se do tipo de ataques de direita que haviam debilitado Truman. Mas era também um crente literal na missão americana de defender o Mundo Livre, uma convicção reforçada por diversos conselheiros que tinha herdado de Kennedy, em especial Walt Rostow e Dean Rusk. Uma componente crucial da guerra foram os JCS sob o comando do general Earl Wheeler e o comandante operacional William Westmoreland, que reflectiam o pensamento dos conservadores republicanos que pressionavam Johnson a iniciar uma guerra mais agressiva contra o Norte. Ainda mais cruciais foram os membros do círculo próximo de

QUANDO A HISTÓRIA DA GUERRA DO IRAQUE FOR ESCRITA, OS CONSELHEIROS DOMÉSTICOS DE BUSH (ROVE, CARD, HUGHES) EMERGIRÃO PROVAVELMENTE COMO MEMBROS IMPORTANTES DO PARTIDO DA GUERRA, POR TEREM ENCORAJADO BUSH A ACREDITAR QUE UMA GUERRA CURTA E BEM SUCEDIDA FARIA DELE UM CANDIDATO IMBATÍVEL EM 2004.

Johnson que tinham aconselhado a retirada a Kennedy no final de 1963, McNamara e Taylor. Uma combinação de receio pelo colapso do Vietname, lealdade ao novo presidente e desejo de conservar a credibilidade junto do JCS levaram-nos a engolir as suas dúvidas quanto a uma guerra convencional no Vietname.

O partido da guerra em 2002-2003 era constituído por um grupo de crentes fun-

damentalistas no poder americano (Cheney, Rumsfeld, Wolfowitz) cujo zelo e determinação faz lembrar os Falcões da Guerra de 1812. Tal como em 1898, um lóbi bem organizado de exilados desempenhou um papel importante. O papel de George W. Bush tem também um precedente: James Polk em 1846. A descrição do estilo de Polk feita por um historiador preserva bem esta semelhança: «[...] não há escrúpulo paralisante ou previsão de perigos futuros que os detenha; e ai da terra se forem por veredas erradas, pois eles são daqueles de fazer coisas»⁴². Condoleeza Rice parafraseou a visão que Bush tem da sua própria presidência: «[...] o país poderia repousar sobre o seu poder sem precedentes e receitá-lo em pequenas doses, ou proceder a amplas movimentações estratégicas que alterassem fundamentalmente o equilíbrio de poderes. Bush colocou-se firmemente do lado dos visionários»⁴³. Quando a história da Guerra do Iraque for escrita, os conselheiros domésticos de Bush (Rove, Card, Hughes) emergirão provavelmente como membros importantes do partido da guerra, por terem encorajado Bush a

acreditar que uma guerra curta e bem sucedida faria dele um candidato imbatível em 2004. Colin Powell foi o Robert McNamara desta história. Depois de ter avisado Bush em Agosto de 2002 a propósito das funestas consequências de uma invasão norte-americana, engoliu as suas dúvidas e seguiu adiante⁴⁴. Mesmo que Powell se tivesse oposto à acção militar, no início de 2003 e com consideráveis forças americanas em prontidão para atacar o Iraque, a credibilidade de Washington estava demasiado em risco para que se pudesse voltar para trás.

A DEMOCRACIA VAI À GUERRA

Muita tinta correu já sobre a questão da relação entre a democracia e a guerra. O que emerge do estudo das guerras desnecessárias dos EUA é que a oposição por parte do Congresso é débil e que a competição democrática entre os dois partidos actua, as mais das vezes, como estímulo para o uso da força. Os políticos da oposição têm tendido a calar as suas críticas ao executivo por medo de serem acusados de antipatriotismo ou então saltar mesmo para as fileiras dos apoiantes da guerra. A sua relutância em desafiar o «partido da guerra» baseia-se por vezes naquilo que poderia ser visto como as lições do passado. Seguindo a mesma linha, o partido no poder calcula por via de regra que as acções militares bem sucedidas trarão dividendos políticos, ao passo que a aparência de fraqueza custará uma derrota nas urnas. Não se pode contar com que muitas nações amigas tenham o descaramento de exprimir dúvidas sobre as acções americanas. Aquelas que o fazem são habitualmente despachadas como sendo pusilânimes, agirem por pura ambição comercial ou desejarem mal aos EUA.

Durante o debate pré-guerra em 1812, o líder da oposição federalista na Câmara dos Representantes, Josiah Quincy, recomendou ao seu partido que mantivesse uma atitude discreta e tentasse evitar a acusação (que frequentemente lhes era lançada) de anglofilia. Os federalistas partiram do princípio que, com o país amplamente predisposto à guerra, os falcões de guerra e os seus seguidores estivessem a fazer bluff, mas na verdade não tinham nenhuma outra boa alternativa na manga. Durante a guerra mexicana, porta-vozes eloquentes de ambos os partidos (pelos democratas, Calhoun e Albert Gallatin; pelos whigs John Quincy Adams e Abraham Lincoln) denunciaram a política de Polk como sendo uma mesquinha guerra de conquista, mas a oposição estava em clara desvantagem. A maioria democrata na Câmara dos Representantes associou a declaração formal de guerra a uma lei de aprovisionamento militar, forçando a minoria whig a votar sim ou ser acusada de prestar «ajuda e conforto» ao inimigo. (A votação na Câmara foi 174 a favor, 14 contra, e 35 abstenções; no Senado, 40 a favor, 2 contra.) Os whig não tinham esquecido que os seus predecessores, os Federalistas, tinham pago um alto preço político pela sua recusa em apoiar o esforço de guerra em 1812. Apesar de abominarem Polk e as suas políticas, os whig votaram a favor das tropas e seus fornecimentos durante a guerra⁴⁵. Líderes veteranos de ambos os partidos (o antigo presidente democrata Grover Cleveland e os republicanos Carl Schurz e o speaker da Câmara Thomas B. Reed) consideravam

que uma guerra contra a Espanha seria uma calamidade nacional, mas poucos políticos conseguiram resistir à febre de 1898. No fim de Março de 1898, William Jennings Bryan, líder do Partido Democrata, anunciou que era favorável à intervenção, um sinal de que os democratas explorariam a crise se McKinley não avançasse. O voto do ultimato à Espanha na Câmara foi aprovado com 324 votos a favor e 19 contra. A guerra deu origem à Liga Anti-Imperialista, que denunciou os planos para a anexação das Filipinas e de Cuba como sendo uma violação dos princípios americanos. Os seus membros incluíam luminárias como Andrew Carnegie, William James e Mark Twain. McKinley ignorou a Liga e partiu numa digressão para testar as opiniões em «swing states»** do Middle West. E tal como revelou numa reunião com sacerdotes metodistas, antes de decidir apoiar a anexação americana das Filipinas, tinha-se ajoelhado e «orado ao Senhor Todo-Poderoso por luz e ensinamento em mais de uma noite». A mensagem que recebeu foi que os filipinos não poderiam ser abandonados à Espanha, a qualquer outra potência, ou a si mesmos. «Não nos restava mais nada senão tomá-los a todos, e educar os Filipinos, e Cristianizá-los, e com a graça de Deus fazer o melhor que pudéssemos deles, como nossos próximos por quem Cristo também morreu»⁴⁶.

A I Guerra Mundial é um caso em que a competição entre os dois partidos não funcionou como um estímulo para a entrada em conflito porque ambos os partidos se tinham comprometido em permanecer neutrais. Ao mesmo tempo, os proponentes de uma neutralidade *estrita* estavam em nítida desvantagem. Por afinidades linguísticas e culturais, os britânicos foram muito melhor sucedidos do que os alemães na guerra propagandística no interior dos próprios EUA. Proporcionaram à imprensa americana um fornecimento permanente de histórias sobre atrocidades germânicas – como de costume, algumas verdadeiras, algumas exageradas, outras inventadas de raiz. Após a entrada americana na guerra, a agência de propaganda dos EUA, o Comité Americano de Informação Pública, superou os britânicos na demonização dos «hunos» e na ostracização da dissidência no interior dos EUA. A Administração Wilson era sentimentalmente pró-aliada, e com o abandono do secretário de Estado Bryan (por causa do que ele considerou ser uma reacção excessiva de Wilson ao incidente do Lusitania), perdeu-se uma voz favorável à neutralidade estrita.

Houve pouca ou nenhuma oposição à caminhada para Norte de MacArthur, em 1950, um caso clássico no qual a competição entre os dois partidos serviu de estímulo ao uso descuidado da força. Os Democratas cépticos foram silenciados pelo receio de que deter MacArthur pudesse aumentar a sua vulnerabilidade a ataques, numa atmosfera já envenenada por acusações republicanas acerca da existência de infiltrações comunistas nas administrações Roosevelt e Truman. A ofensiva de MacArthur começou um mês antes das eleições intercalares em que os Democratas esperavam conseguir limitar as suas perdas. A sondagem Gallup (de 13 de Outubro de 1950) indicava que 64% dos americanos favoreciam o atravessamento do paralelo, contra 27% que se lhe opunham⁴⁷. Em tais circunstâncias, vozes eloquentes de discordância no Departamento de Estado (George

Kennan, Charles Bohlen, Edward Barrett, Livingston Merchant, entre outros) não possuíam qualquer efeito. O secretário de Estado do Foreign Office, Ernest Bevin, o único estadista estrangeiro com peso suficiente para poder exercer alguma influência na administração dos EUA, tomou a posição de que poderia ser perigoso pressionar os americanos a adiar a sua ofensiva de forma a poder dar uma oportunidade à diplomacia. «Se Truman aquiescesse e mais tarde ocorressem problemas no plano militar, seriam os britânicos a ficar com as culpas.»⁴⁸

No Vietname, o sistema político dos EUA apostou mais uma vez todas as suas fichas na escalada. Quando Johnson requereu ao Congresso em Agosto de 1964 a autoridade «para tomar todas as medidas necessárias para repelir qualquer ataque armado contra as forças dos EUA e prevenir futuras agressões», o Senado acudiu por uma margem de 88-2, e a Câmara por 416-0⁴⁹. Alguns Democratas desconfortáveis com a ideia de passar um cheque em branco a Johnson não se tinham

esquecido do início dos anos 50. Votaram sim, em parte, para mitigar as acusações republicanas, em campanha eleitoral, de que o seu partido era fraco em questões de Defesa. (Não há forma de saber se Kennedy teria reduzido a presença dos EUA a um mínimo após as eleições de 1964⁵⁰, mas não há dúvidas de que teria sido politicamente mais fácil para ele fazê-lo. Tinha já

provado o seu estofado de guerreiro da Guerra Fria e não seria candidato à reeleição em 1968.) Em 1964-1965, tal como em 1950, os EUA foram mal servidos por um governo *labour* britânico que hesitava em ventilar as suas fortes dúvidas sobre a escalada. Washington rejeitou explicitamente os bons conselhos oferecidos pelos franceses para tentar a neutralização do Vietname do Sul⁵¹.

Em 2002-2003, estadistas veteranos de ambos os partidos ficaram chocados com a correria para a guerra (o ex-Presidente Carter, o ex-conselheiro nacional de Segurança Scowcroft), mas a oposição às políticas da Administração no Congresso foi quase tão fraca como havia sido em 1846, 1898, 1950 e 1964. Alguns Democratas partilhavam em boa fé das análises da Administração. Muitos (incluindo os candidatos à presidência) parecem ter sido vergados pelo receio de virem a ser acusados de serem fracos na «guerra ao terrorismo» se atassem as mãos do Presidente na questão iraquiana. Em 1990, apesar de um caso claro de agressão por parte do Iraque, 47 senadores votaram contra uma resolução autorizando o uso da força; em 2002, apesar da ausência de uma provocação iraquiana, só 24 o fizeram. Uma razão para esta diferença é que em 1990 a votação teve lugar em Novembro, depois das eleições intercalares, ao passo que a votação de 2002 foi em Outubro, em plena campanha eleitoral. Jornais liberais como o *Washington Post* e o *New York Times* (conforme vieram depois a admitir) foram titubeantes e ineficientes no

EM 2002-2003, ESTADISTAS VETERANOS DE AMBOS OS PARTIDOS FICARAM CHOCADOS COM A CORRERIA PARA A GUERRA (O EX-PRESIDENTE CARTER, O EX-CONSELHEIRO NACIONAL DE SEGURANÇA SCOWCROFT), MAS A OPOSIÇÃO ÀS POLÍTICAS DA ADMINISTRAÇÃO NO CONGRESSO FOI QUASE TÃO FRACA COMO HAVIA SIDO EM 1846, 1898, 1950 E 1964.

questionamento à argumentação pró-guerra da Administração. Desta vez, os líderes do Partido Trabalhista britânico não só abandonaram as suas dúvidas iniciais como se tornaram fortes apoiantes da guerra. As bem fundadas críticas de franceses e alemães foram despachadas como malevolentes (Cheney a determinada altura foi instado a perguntar ao embaixador francês se a França era aliada ou hostil) ou desprezíveis⁵².

É FÁCIL COMEÇAR UMA GUERRA...

A derradeira característica das guerras desnecessárias americanas, incluindo as que resultaram em vitórias, é que não se desenrolaram de acordo com o plano, exibindo características do tipo da «lei das consequências involuntárias». As mais das vezes, não foram capazes de beneficiar os interesses dos indivíduos e partidos políticos que estiveram por detrás delas. As guerras desnecessárias americanas tornam saliente o aviso de Maquiavel: «Porque qualquer um pode começar uma guerra a seu belprazer, mas não acabá-la, deve um príncipe, antes de entrar em tal empresa, medir suas forças e governar-se com elas.»⁵³

A DERRADEIRA CARACTERÍSTICA DAS GUERRAS DESNECESSÁRIAS AMERICANAS, INCLUINDO AS QUE RESULTARAM EM VITÓRIAS, É QUE NÃO SE DESENROLARAM DE ACORDO COM O PLANO, EXIBINDO CARACTERÍSTICAS DO TIPO DA «LEI DAS CONSEQUÊNCIAS INVOLUNTÁRIAS».

ram por detrás delas. As guerras desnecessárias americanas tornam saliente o aviso de Maquiavel: «Porque qualquer um pode começar uma guerra a seu belprazer, mas não acabá-la, deve um príncipe, antes de entrar em tal empresa, medir suas forças e governar-se com elas.»⁵³

A convicção dos falcões de guerra em 1812, de que os EUA conquistariam o Canadá em poucas semanas, provou ser uma fantasia. O conflito esvaziou o Tesouro Nacional, fez estagnar o comércio externo, e quase rachou a União, quando a Nova Inglaterra se recusou a apoiar a guerra. O acordo de paz não trouxe ganhos territoriais nem tratou sequer das controvérsias marítimas originais. O único resultado de monta foi ter lançado a carreira do ícone nacional-populista americano, Andrew Jackson, que derrotara os britânicos na (desnecessária) Batalha de Nova Orleães.

Quando, apesar de derrotados no terreno, os mexicanos se recusaram a assinar a paz e a imprensa popular americana começou a reclamar a anexação do «México todo», a administração Polk encarava a perspectiva de uma ocupação longa e custosa de um país inteiro⁵⁴. Polk lançou mão da «estratégia de saída» que lhe fora oferecida pelo seu enviado de paz, Nicholas Trist, cuja autoridade havia sido revogada. Felizmente para Polk, Trist desobedeceu às ordens, negociou um tratado com o Governo mexicano, e enviou-o para Washington no começo de 1848. A guerra aumentou em muito o poderio e riqueza americanos, às custas de um vizinho mais fraco. Também contribuiu para reabrir a questão da escravatura (que tinha ficado adormecida desde o *Missouri Compromise* de 1820), quando os nortistas de ambos os partidos insistiram (a provisão Wilmot) em que a escravatura devesse ser abolida nos novos territórios. Polk tentou abafar burocraticamente a questão, mas ela não tardaria em explodir. Cynicamente, os *whig* recrutaram um herói de guerra, o general Zachary Taylor, como candidato presidencial e usaram-no para tirar o partido de Polk da Casa Branca em 1848.

Tal como em 1812, os EUA foram para a guerra em 1898 com um exército e um sistema logístico totalmente impreparados para as hostilidades. Theodore Roosevelt, que o testemunhou, escreveu que a «má gestão tem sido inacreditável... A falta de transportes, comida e artilharia trouxeram-nos à beira do desastre»⁵⁵. Afortunadamente para os EUA, o exército espanhol estava praticamente derrotado pelas doenças e pelos rebeldes locais. No entanto, os invasores americanos ficaram muito desiludidos com os cubanos que eles tinham vindo libertar, achando-os relaxados e politicamente imaturos. Em vez de gratidão, os americanos foram encontrar em Cuba uma vasta desconfiança em relação às suas intenções (alguns chegaram a sentir que haviam sido enganados pelos exilados cubanos). Apesar do ultimato aprovado pelo Congresso ter prometido que os EUA não adquiririam «soberania, jurisdição ou controlo» sobre Cuba, os EUA excluíram os cubanos das negociações de paz e viriam a impor um estatuto de protectorado à ilha sob a forma da Emenda Platt (1901). Ao tomar as Filipinas, os EUA herdaram uma sangrenta guerra contra o movimento independentista local⁵⁶.

Pode defender-se que a entrada dos EUA na 1ª Guerra Mundial tenha sido necessária – não para proteger os direitos dos neutrais, esmagar o militarismo alemão, ou fomentar uma nova ordem mundial, mas simplesmente para preservar o equilíbrio de poderes. Os EUA deveriam ter intervindo ao lado dos Aliados em 1914, mas sem insistirem na rendição incondicional da Alemanha. Mas esta é uma discussão puramente académica: a democracia americana nunca permitiria tal guerra. Assim como foi, a entrada dos EUA na guerra garantiu a derrota da Alemanha e a imposição da mesmíssima «paz imposta contra o derrotado» alicerçada em «areia movediça» contra a qual avisara Wilson em 1917⁵⁷. O acordo de Paris estava pejado de contradições ao princípio da autodeterminação, e (com a aprovação de Wilson) o Tratado de Versalhes continha a famigerada cláusula que imputava à Alemanha os custos da guerra. Considerados os males que se originaram nesse colapso da Alemanha e da Áustria-Hungria e na paz de 1919, é difícil de crer que os EUA, e o mundo em geral, não estivessem melhor se Washington não tivesse mantido uma neutralidade estrita e o conflito tivesse acabado (como provavelmente acabaria) num compromisso ou numa tangencial vitória alemã.

Levar a Guerra da Coreia para lá do paralelo 28 deu azo à maior derrota no terreno da história americana e custou milhares de vidas americanas e centenas de milhares de vidas coreanas e chinesas. A «guerra de MacArthur» levou a uma séria crise de confiança na liderança americana em todo o mundo. Foi no contexto de uma guerra em fogo real com a China que os EUA se aliaram ao regime corrupto de Taiwan e chegaram à conclusão de que «a Indochina é da maior importância estratégica, bem para lá do interesse puramente francês, e é essencial para a segurança do Mundo Livre...»⁵⁸. Se os EUA e a China tivessem evitado uma guerra e as relações fossem menos amargas e confrontacionais, Washington teria considerado as suas opções no Vietname de forma bem diferente. A jogada fracassada de Truman custou o poder ao Partido Democrata e os Republicanos tomaram conta da Casa Branca em 1952. A escalada da Guerra do Vietname, em vez de

limitar as perdas americanas, levou a uma derrota político-militar sem precedentes em 1964-1965. Quase 60 mil americanos morreram, bem como (em estimativa) 3 milhões de vietnamitas. A guerra provocou enorme tensão sobre a economia dos EUA e ameaçou destruir o tecido social do país. Entre as baixas a um nível doméstico contou-se o Partido Democrata de Johnson, cuja unidade interna foi despedaçada pela guerra.

Salvo a campanha inicial, praticamente nada correu como esperado no Iraque. Os problemas antecipados pelos arquitectos da guerra (uma crise de refugiados, a destruição dos campos de petróleo) não se materializaram, ao passo que aqueles que se materializaram (pilhagens, o colapso dos serviços básicos, a insurgência de uma guerrilha) os apanharam completamente de surpresa. A guerra desviou a atenção e os recursos da inacabada campanha contra a Al-Qaida. E o que é pior, granjeou novos recrutas e simpatizantes da *jihād* contra os EUA em todo o mundo muçulmano. Os novos lemas («o Iraque é a frente central da luta contra o terrorismo», «perder não é uma opção») não conseguem disfarçar o facto de que o Iraque tem todas as marcas de uma *débâcle* político-militar. Tal como no Vietname, Washington criou uma situação sem possibilidade de vitória: o regime local, apoiado pelos americanos, está criticamente dependente do poderio

militar dos EUA para poder manter a sua posição; contudo, a presença norte-americana, e em particular a morte indiscriminada de civis, mina a legitimidade do regime e favorece o radicalismo islâmico e o nacionalismo. Quanto aos objectivos mais vastos, os dados sugerem que a acção americana foi o que provavelmente levou a Coreia do Norte e o Irão a acelerarem os

BUSH PODE SOBREVIVER PORQUE OS DEMOCRATAS FALHARAM AO NÃO APRESENTAR UMA ALTERNATIVA CONVINCENTE. MAS SE GANHAR AS ELEIÇÕES O IRAQUE CONTINUARÁ SENDO UM SORVEDOURO DE SANGUE E TESOURO AMERICANOS, E UMA ESPINHA NA GARGANTA DA ADMINISTRAÇÃO NO SEU SEGUNDO MANDATO.

seus esforços para obter um dissuasor nuclear contra os EUA. Bush pode sobreviver porque os Democratas falharam ao não apresentar uma alternativa convincente. Mas se ganhar as eleições o Iraque continuará sendo um sorvedouro de sangue e tesouro americanos, e uma espinha na garganta da Administração no seu segundo mandato.

CONCLUSÃO

Um recente argumento de algum valor sugere que a durabilidade da liderança americana no pós-II Guerra Mundial se baseou não só no seu enorme poder e na existência de um inimigo comum, mas na «contenção estratégica», a capacidade de os EUA tomarem em conta os interesses dos outros e criar um tipo de hegemonia baseada no consentimento⁵⁹. O propósito deste artigo consistiu em compreender como e porquê, ao longo da sua história, os EUA têm actuado frequentemente sem contenção. A explicação inicia-se com o hábito que têm as elites americanas (embora não seja de todo exclusivo das americanas) em justificar acções ambiciosas e agressivas, para si mesmos e para o mundo, em nome de uma missão predestinada e/ou defesa de princípios universais.

Este hábito, no caso das guerras *necessárias* americanas (que não discuto aqui) tem sem dúvida resultado em muito de bom, e não só para os Estados Unidos. Mas é uma faca de dois gumes. A convicção política e moralmente reconfortante de que estamos numa missão tem por demasiadas vezes absolvido as consciências, adormecido a análise, e contribuído para o uso desnecessário da força.

Hamilton, um crítico do determinismo facilitista, observou uma vez que «o mal raras vezes é tão grande na realidade como na previsão»⁶⁰. As guerras desnecessárias da América demonstram que a realidade, no período entre guerras, raramente é aquilo que se crê que ela é e que os adversários são normalmente mal compreendidos. Os governantes têm tendência a ignorar a componente interesseira do seu próprio comportamento e em iludirem-se a si mesmos em relação às intenções e às capacidades do outro lado. Quando se contempla a possibilidade de entrar em guerra deveria reflectir-se seriamente no facto de que eram falsas na sua maioria as premissas sobre as quais os EUA decidiram entrar em guerra em 1812, 1846, 1898, 1917, 1950, 1964-1965, e 2002-2003.

Thomas Paine, contemporâneo de Hamilton, escreveu que «nas eras primordiais, quando não havia reis, não havia também guerras»⁶¹. O argumento de Paine era incorrecto mas sugestivo. Nenhuma guerra é obra de um só indivíduo; mas pequenos grupos de indivíduos ambiciosos, determinados e bem colocados tem desempenhado um papel indispensável no desencadear da maior parte das guerras desnecessárias americanas. Salvo duas excepções (1846 e 2003) estes grupos belicosos não incluíam, de início, o Presidente, mas nenhuma guerra começou sem aprovação presidencial. A maior parte das vezes, os presidentes apadrinham as guerras porque vêem vantagem política em fazê-lo e perigo político em não o fazer.

Comentando o comportamento americano na I Guerra Mundial, George Kennan escreveu: «[...] a história não nos perdoa os nossos erros nacionais pela razão de eles serem explicáveis pela nossa política doméstica... uma nação que se desculpa das suas falhas com recurso à intocabilidade sagrada dos seus hábitos pode seguir desculpando-se até ao desastre completo.»⁶² A competição democrática bipartidária, com o consequente forte incentivo ao apoio às acções militares e à acusação de antipatriotismo aos adversários, contribuiu em certo número de ocasiões, se não para o desastre, ao menos para disparates imperdoáveis. Os proponentes da teoria da «paz democrática» poderiam responder que este facto não invalida o seu argumento. Nenhuma das guerras americanas, defendem, se fez contra outra democracia liberal, e quantas mais democracias existirem no mundo menos guerras acontecerão. O problema é que, mesmo se tal for verdade (e não é auto-evidente que o seja), no entretanto (que será certamente um grande entretanto) a democracia americana continuará a produzir Vietnames e Iraques. Mais do que isso, o país que mais provavelmente interferirá com os EUA no futuro próximo não é uma democracia. A China é uma potência florescente, determinada em exercer superioridade naval na sua vizinhança, e atreita a ataques de exuberância nacionalista e paranóia. De certa forma muito semelhante aos EUA em 1898.

As guerras desnecessárias americanas, por último, levaram ao desperdício inútil de vidas e recursos e a consequências inesperadas e indesejadas. A isto se pode objectar, evidentemente, que nem todas foram sem sucesso. A Guerra do México, a Guerra Hispano-Americana, e a I Guerra Mundial contribuíram grandemente para o poderio e a fortuna americana. O que é mais, os EUA não sofreram danos permanentes e recuperaram rapidamente a sua posição após a Coreia e o Vietname. Deixando de lado a questão moral sobre as vidas desperdiçadas sem razão, a resposta ao primeiro argumento é que o crescimento demográfico e económico da América teria mais tarde ou mais cedo produzido efeitos comparáveis em termos de riqueza e poder (partindo do princípio que é isso que verdadeiramente interessa) mesmo sem guerra. O facto de os EUA terem recuperado de forma relativamente rápida após a Coreia e mesmo após o Vietname não quer dizer que essas guerras não tenham sido erros horrendos que ninguém gostaria de repetir.

Bismarck é tido como tendo dito que Deus, na sua misericórdia, ampara os bêbados e os Estados Unidos da América. Talvez tivesse ouvido a história de como o invulgar tratado de Nicholas Trist proporcionou a Polk uma saída fortuita da guerra. Efectivamente, a experiência americana tem sido – até ao momento – relativamente feliz quando comparada à maioria das outras, bem mais antigas, grandes nações do mundo. Mas seria pouco sábio contar-se demasiado com Deus ou com a sorte como garantias de segurança futura da América contra ferimentos auto-infligidos. Parece improvável que o novo Polk encontre um novo Trist no Iraque. O mínimo que se pode dizer ao passar em revista o modo americano de entrar em guerra é que nunca se deve dar o benefício da dúvida àqueles que instigam à acção militar. Já não se pode continuar a transigir com o hábito americano de ir à guerra sem necessidade.

TRADUÇÃO: RUI TAVARES

OUTUBRO DE 2004

A DEMOCRACIA E A GUERRA

“[N]ão] há nada de mais egocêntrico do que uma democracia em armas.” ^{Rei}

George Kennan (1960), *Russia and the West*: 5.

1 Para os efeitos deste artigo, e de forma a evitar o problema de ter de analisar todas as instâncias do uso da força na história americana, defino «guerra» – de forma um tanto arbitrária – como um grande conflito armado em que os EUA tenham enviado tropas de infantaria para combater um inimigo soberano com o propósito de o derrotar. Não lido portanto com o tema das chamadas «pequenas guerras», incluindo as campanhas dos EUA contra os índios e as intervenções na América Latina, nas Caraíbas, no Líbano, na Somália, na Bósnia, no Kosovo e em outras paragens.

2 Um tratamento clássico é o de Russell F. Weigley, *The American Way of War: A History of United States Military Strategy and Policy* (New York: Macmillan, 1973). Weigley observa (xxii): «na história da estratégia americana, a direção tomada pela concepção americana da guerra fez com que a maioria dos estrategas, durante a maior parte da história americana, fossem estrategas da aniquilação. No começo, quando os recursos militares americanos eram ainda escassos, a América teve uma iniciação prometedora no seio dos estrategas da atiragem; mas a riqueza do país e a adopção de objectivos ilimitados nas suas guerras cortou cerce esse desenvolvimento até ao ponto em que a estratégia de aniquilação se tornou o modo característico da América em guerra».

3 John Lewis Gaddis, *Surprise, Security and the American Experience* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2003), cap. 2. Tal como nota Gaddis, Adams advertiu contra a tentação do intervencionismo e opôs-se à anexação do Texas e à guerra no México.

4 Hamilton não chegou a propor um ataque a Nova Orleães antes de uma declaração formal de guerra, mas esperava obter uma pausa da parte da França e da Espanha que permitisse aos EUA avançarem de imediato para aquela cidade estratégica. Poderia acrescentar-se que existiram várias tentativas falhadas de anexação preventiva daquele território. Em 1843, o Senado rejeitou o argumento da administração Tyler de que o Texas teria de ser anexoado para tolher alegados desígnios britânicos para o controlar. Em 1893, o Presidente Grover Cleveland rejeitou o argumento republicano de que o cf., teria de ser anexado para o afastar das mãos de qualquer outra grande potência.

5 Tal era, por exemplo, a situação enfrentada por Israel antes da guerra de 1967. Cf. *Just and Unjust Wars* (New York: Cf. Books, 1977), 81.

6 Segundo Walzer, sob o «paradigma legalista», «a heresia e a injustiça internas não podem nunca ser acionáveis no mundo dos estados daí procede novamente o princípio da não-intervenção» *Ibidem*, 62.

7 *Ibidem*, 88.

8 Pode argumentar-se que a Guerra do Golfo tenha sido desnecessária: os EUA

tinham apoiado a ascensão de Saddam Hussein ao estatuto de potência regional nos anos 80 ao desequilibrarem a seu favor a guerra Irão-Iraque (nomeadamente através da cedência de informação obtida via satélite, à concessão de consideráveis créditos para compra de alimentos americanos, e à protecção aos barcos kuwaitianos contra ataques iranianos). Os EUA declararam uma posição neutral na disputa em torno da fronteira (de autoria britânica) entre o Iraque e o Kuwait, concedendo portanto que as pretensões iraquianas não eram destituídas de mérito. Quando o Iraque invadiu o Kuwait, os EUA tinham (como defendeu então Colin Powell) outras opções para lá da guerra, nomeadamente sanções e contenção a partir do ar. A passagem para uma atitude militar ofensiva, no fim de 1990, não só impôs um prazo para a resolução da crise mas também tornou menos provável que Saddam Hussein recuasse. Este argumento, em última análise, não é convincente uma vez que as sanções se têm revelado ineficazes e os EUA e os seus aliados não poderiam correr o risco de permitir que Saddam Hussein aumentasse o seu poder através da absorção do Kuwait.

9 Veja-se Ernest Lee Tuveson, *Redeemer Nation: The Idea of America's Millennial Role* (Chicago: University of Chicago Press, 1968). Tuveson estabelece uma distinção entre a visão católica romana (agostiniana) segundo a qual a salvação no mundo temporal é uma contradição nos termos, a visão protestante fundamentalista ou «milenaarista» [*millennarian*] (adoptada por alguns cristãos evangélicos hoje em dia) segundo a qual Cristo regressará literalmente para reinar sobre a Terra, e a interpretação do *Apocalipse* pelo protestantismo mais corrente ou «milenalista» [*millennialist*] segundo a qual a Reforma significaria a queda da Babilónia (simbolizada pela Igreja Romana) a ser seguida, em devido tempo, pelo reino dos justos na Terra. E observa (47-48): «Fazemos história nós mesmos embora estejamos sob inspiração da graça divina. O mundo moderno, em maior escala do que nos podemos aperceber, tem sido motivado por este tipo de convicção, seja sob a forma do apocalíptico cristão ou da «dialéctica marxista»; ambas avançam com previsões e linhas de rumo gerais, ambas apelam aos esforços mais estrénuos para destruir a oposição e para progredir rumo a uma era feliz que está certa, por um caminho que está traçado».

10 Jefferson para T. Coxe, 1 de Junho de 1795, in *The Papers of Thomas Jefferson*, vol. 28: 373-74; Melville, *White-Jacket; or the World in a Man-of-War* (London: Oxford, 1929), 143-44; «Lincoln Second Annual Address to Congress», Dezembro de 1862; discurso de Wilson, 13 de Julho de 1916, e discurso de Cheyenne, Setembro de 1919.

11 O mesmo se pode dizer da dura disputa sobre o recrutamento de marinheiros. O crescimento da marinha mercante americana alimentava-se da migração de milhares de marujos britânicos que eram necessários para manter a frota britânica.

A insistência da Grã-Bretanha em fazer buscas em barcos dos EUA no alto mar e deter súbditos britânicos era uma violação dos direitos americanos, mas os EUA não fizeram qualquer esforço para limitar o número de imigrantes britânicos em serviço nos seus barcos. Cf. Tucker e Hendrickson, *Empire of Liberty: the Statecraft of Thomas Jefferson*, caps. 19-22.

12 Cf. Frederick Merk, *Manifest Destiny and Mission in American History* (New York: Knopf, 1963), cap. 2. Cf. também John Schroeder, *Mr. Polk's War* (Madison: The University of Wisconsin Press, 1973), 161.

13 Strong citado por Ernest May, *Imperial Democracy: The Emergence of America as a Great Power* (New York: Harcourt, Brace & World, 1961), 8. Cf. também A. T. Mahan, «The U.S. Looking Outward» [1890], na sua colecção de ensaios *The Interest of America in Sea Power* (New York: Harper Bros., 1897). Lodge advertia que uma vez que os grandes poderes «estão absorvendo rapidamente, para sua futura expansão e defesa presente, todos os espaços vazios do planeta, os Estados Unidos não podem desviar-se dessa marcha». Lodge citado por Julius Pratt, *Expansionists of 1898* (Baltimore: Johns Hopkins Press, 1936), 2.

14 A mensagem de guerra de Wilson encontra-se em John Milton Cooper, *Breaking the Heart of the World* (Cambridge: Cambridge University Press, 2003), 23.

15 «Truman doctrine speech», 2 de Março de 1947; NSC 68, Abril de 1950; «Truman's State of the Union Address», 8 de Janeiro de 1951.

16 Francis Fukuyama, *The End of History and the Last Man* (New York: Free Press, 1992). Para fazer justiça a Fukuyama, diga-se que ele não previu quão rápida ou facilmente se efectivaria o processo histórico por ele identificado.

17 Ver a discussão do «1992 Defense Planning Guidance» do Pentágono (publicado em parte sob a assinatura do secretário da Defesa Dick Cheney) em James Mann, *The Rise of the Vulcans: The History of Bush's War Cabinet* (New York: Viking, 2004), cap. 13. Tal como nota Mann a Administração Clinton, embora colocasse a globalização económica no centro da agenda, não contestou os argumentos básicos do documento.

18 «U.S. National Security Strategy», Setembro de 2002; discurso de Bush em West Point, 1 de Junho de 2002.

19 Reinhold Niebuhr, *The Children of Light and the Children of Darkness* (New York: Scribner's, 1944), 179-80. Os psicólogos também observaram o mesmo fenómeno em indivíduos: «Temos tendência a alterar as nossas percepções da causalidade de forma a proteger ou potenciar a nossa auto-estima» – Albert Hastorf *et al.*, cit. por Robert Jervis, *Perception and Misperception in International Politics* (Princeton: Princeton University Press, 1976), 343-44.

- 20 Sobre a tendência «jacksoniana», cf. Walter Russell Mead, *Special Providence* (New York: Knopf, 2001), cap. 7.
- 21 Hamilton, carta ao Presidente George Washington, 14 de Abril de 1794, *Papers of Alexander Hamilton*, 16: 266-79.
- 22 Jefferson citado por Tucker e Hendrickson, *Empire of Liberty*, 202. Cf. também Bradford Perkins, *Prologue to War* (Berkeley: University of California Press, 1961). Perkins (142) observa que o capitão britânico executou a sua ordem «com moderação»; em vista dos muitos desertores conhecidos e outros ingleses no barco deteve apenas quatro.
- 23 Perkins, *Prologue to War*, 286.
- 24 Merk (77) observa que responsáveis locais britânicos temiam as intrigas americanas e favoreceram a aquisição britânica mas que a ideia não foi encorajada por Londres.
- 25 Cit. por *ibidem*, 88.
- 26 Th. Roosevelt cit. por Louis A. Pérez, *The War of 1898* (Chapel Hill: the University of North Carolina Press, 1998), 58. Sobre a história bélica, cf. May, 147.
- 27 Desde logo porque falhou em dar conta do facto de que o poder naval dos EUA em presença já poderia ajudar a contrariar a ameaça submarina contra a Grã-Bretanha.
- 28 Thomas A. Bailey, *A Diplomatic History of the American People* (New York: Appleton-Century-Crofts, 1964), 593.
- 29 *Ibidem*, 570.
- 30 A subida à tona para dar aviso colocava os submarinos ligeiros em perigo perante navios de mercadorias ou de passageiros. O *Lusitania* tinha ordens secretas para abalar submarinos hostis.
- 31 Bailey, 593.
- 32 Cf. William Stueck, *The Korean War: An International History* (Princeton: Princeton University Press, 1995), 89, 94.
- 33 Sobre a reacção de MacArthur: *ibidem*, 95.
- 34 Uma descrição lúcida em Daniel Ellsberg, *Secrets: A Memoir of Vietnam and the Pentagon Papers* (New York: Penguin, 2002), cap. 1. O segundo dos dois ataques norte-vietnamitas relatados, em 4 de Agosto, provavelmente nunca ocorreu. Houve sérias dúvidas à altura.
- 35 Taylor citado por M. Young, *The Vietnam Wars* (New York: HarperCollins, 1991), 134. Cf. também George Kahin, *Intervention: How America Became Involved in Vietnam* (Garden City, NJ: Anchor, 1987), cap. 15.
- 36 Isto é perturbante, pois é um risco grave não entender os motivos dos nossos adversários.
- 37 John Randolph, da Virgínia, cit. por Perkins, 433.
- 38 O jornal da Administração escrevia em Maio de 1811 que «os nossos direitos são absolutos e não contingentes». [cit. em *ibidem*, 257].
- 39 The Federalist no. 8.
- 40 Cf. Stueck, 111-119.
- 41 Cit. por Howard Jones, *Death of a Generation: How the Assassinations of Diem and JFK prolonged the Vietnam War* (New York: Oxford University Press, 2003), 444. Sobre o plano de retirada de JFK, cf. *ibidem*, caps. 15-16.
- 42 George Garrison, cit. por Merk, 146.
- 43 Citado em Bob Woodward, *Bush at War* (New York: Simon & Schuster, 2002), 281-82.
- 44 Acerca da reunião entre Powell, Bush e Rice na Casa Branca, a 5 de Agosto de 2000, veja-se *ibidem*, 332-34.
- 45 Merk, cap. 4.
- 46 McKinley cit. por May, 252-53.
- 47 Citado por Bailey, 822.
- 48 Stueck, 95.
- 49 H. J. Res. 1145, 7 de Agosto de 1964 [the Tonkin Gulf Resolution].
- 50 Poucas dúvidas existem de que era a sua intenção pouco antes da sua morte. Cf. Jones, 452-53.
- 51 Sobre este ponto cf. Frederik Logevall, *Choosing War: The Lost Chance for Peace and the Escalation of War in Vietnam* (Berkeley: University of California Press, 1999).
- 52 Sobre Cheney, cf. Mann, 355.
- 53 Machiavelli, *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio* (Torino: Bollati Boringhieri, 1993), livro 2, cap. 10: 266 [«Perché ciascuno può cominciare una guerra a sua posta, ma non finirla, debbe uno principe, avanti che prenda una impresa, misurare le forze sue, e secondo quelle governarsi»].
- 54 Polk receava que o Congresso [controlado pelos Whigs desde o início de 1847] cortasse mais cedo ou mais tarde o financiamento da guerra, forçando-o a retirar as forças americanas da Califórnia e do Novo México, bem como do México do Sul [ou seja, do México nas suas fronteiras actuais - N. do T.].
- 55 TR cit. por Pérez, 92.
- 56 *Ibidem*, cap. 4. Termos da resolução conjunta de Abril de 1898 cit. por May, 159.
- 57 Sobre este ponto, cf. George F. Kennan, *American Diplomacy* (Chicago: University of Chicago Press, 1984 ed.), 66-68.
- 58 NSC 124-2, 25 de Junho de 1952.
- 59 Cf. G. John Ikenberry, *After Victory* (Princeton: Princeton University Press, 2001).
- 60 Hamilton para Washington, 15 Set. 1790, *The Papers of Alexander Hamilton*, vol. 7: 52-54.
- 61 *Common Sense and Other Political Writings* (New York: The Liberal Arts Press, 1953), 10.
- 62 Kennan, 73.
- * O termo utilizado pelo autor, *delusion*, não é o correspondente directo ao termo português «ilusão» (*ilusion*), uma vez que insinua uma componente mais marcada de intencionalidade. A tradução literal, *delusão*, existe em português e é empregue em sentido médico [*comportamento delusional*] mas não é satisfatória uma vez que, ao contrário da expressão inglesa, não é utilizada na linguagem corrente. Uma boa alternativa seria «mistificação», mas no seu sentido mais matizado de uma produção semivoluntária de que se pode ser simultaneamente agente activo e passivo, ou seja, mais no seu sentido de *fantasia*. No entanto, a sua utilização corrente aproxima-o demasiado do sentido de *farsa* ou *fraude*, demasiado acusatório para ser adequado ao sentido desejado pelo autor. O leitor deve ter em mente que onde se lê «ilusão» estava «delusion», cobrindo um campo semântico que vai do simples equivoco à mais elaborada mistificação. O autor fará mais à frente uma *distinção* entre *delusion* e a mais grave *deception* [que traduzimos como «engano deliberado»], empregando também ocasionalmente o verbo *to mislead* [que traduzimos simplesmente por «enganar»]. N. do T.
- ** Estados-charneira indecisos, cruciais na definição do Colégio Eleitoral que elege o Presidente dos EUA [N. do T.].